

Mais que um eletrodoméstico, um centro de poder: apontamentos metodológicos para a análise do papel político da televisão aberta no Brasil¹

Janaine Sibelle Freires Aires²
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN

RESUMO

A televisão aberta tem sido frequentemente esquecida nos debates sobre o cotidiano de política nacional frente às novas tecnologias da comunicação. Neste artigo, buscamos refletir sobre a relação de consubstancialidade entre a comunicação e a política, analisando as dicotomias conceituais que circunscrevem o debate sobre a televisão aberta. Apresentamos notas metodológicas sobre os desafios de pesquisa neste âmbito, articulando referenciais de três áreas, a saber: a Comunicação Política, as Políticas de Comunicação e a Economia Política da Comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: Televisão aberta; Proposta Metodológica; Comunicação Política; Políticas de Comunicação; Economia Política da Comunicação.

Introdução

Qualquer exercício de pesquisa que se dedique a observar a televisão brasileira a partir de pontos de vista nacionais esbarrará em dificuldades hercúleas. Afinal, falamos de um objeto de estudo com produção e com alcances volumosos e de um país com dimensões continentais. Estas dificuldades, no entanto, não podem ser consideradas intransponíveis. Assim, não compreenderíamos a centralidade política e cultural que a televisão aberta ainda ocupa.

Por isso, um de nossos interesses neste artigo é defender a elaboração de mecanismos coletivos e públicos de pesquisa que possam articular investigações deste nível em nosso campo. Sobre o não reconhecimento da produção televisiva como patrimônio cultural nacional, Itania Maria Gomes (2014) indica como hipóteses o contexto paradoxal de surgimento da televisão no país e a falta de legitimidade da TV nas

¹ Trabalho apresentado no DT 8 – Estudos interdisciplinares | GP Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Líder do EPA! – Grupo de Pesquisa em Economia Política do Audiovisual. E-mail: janaineaires@gmail.com

elites intelectuais, na crítica especializada e a fragilidade de sua legitimidade acadêmica. Sua importância cultural, econômica e política não resultou nesse reconhecimento cultural³.

O estudo sobre a televisão no Brasil é marcado por intensos conflitos conceituais que reproduzem questões de classe e assimetrias regionais, mas também por uma significativa invisibilidade da televisão aberta como objeto de estudo para os fenômenos políticos mais recentes. Sob nosso ponto de vista, no entanto, essa realidade contraria a importância social, política e cultural da televisão no Brasil. Mesmo que pareça ter saído de moda assumir que se assiste e que se estuda televisão aberta, este é um passo fundamental.

Um bom termômetro que nos ajuda a mensurar essa invisibilidade são os encontros da Compós, a principal associação de programas de pós-graduação da área. Na última década, os estudos que investigaram as intersecções entre política e televisão aberta perderam espaço para as relações entre política e redes sociais. A partir da análise da produção apresentada entre 2009 e 2019, nos Grupos de Trabalho “Comunicação e Política” e “Estudos de Televisão”⁴, identificamos que durante toda a década o tema teve papel secundário na agenda de debates, apenas 7 dos 200 artigos apresentados nos dois GTs adotaram objetos de estudo deste tipo, o que corresponde a 3,5%.

Nos últimos cinco anos, esta característica se ressaltou: apenas um artigo analisou esta interface diretamente, refletindo sobre a cobertura de escândalos políticos pelo Jornal Nacional em 2018 (FERNANDES, CHAGAS E OLIVEIRA, 2018). Considerando estes dados como termômetro de uma lacuna, como explicar a escassez de investigações sobre a televisão aberta e a política na agenda de pesquisas de comunicação brasileiras? Como explicar que a mídia mais consumida pelos brasileiros não seja considerada nas explicações sobre a crise democrática que culminou com o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff (PT) em 2016 e na posse de Michel Temer (MDB)? Podemos entender a

³ A autora reflete sobre as políticas públicas de preservação da memória e sobre o depósito legal, inexistente para produções televisivas. E destaca o caráter privado dos acervos, restritos aos arquivos das emissoras de televisão. O mais importante e melhor estruturado é o Centro de Documentação da TV Globo (Cedoc). Como acervos públicos indicam-se três instituições públicas: o Museu de Imagem e Som de São Paulo, o Museu de Imagem e Som do Rio de Janeiro e a Cinemateca Brasileira. (GOMES, 2014)

⁴ Optamos por focar nosso levantamento nestes Grupos de Trabalho por considerá-los centrais para o debate sobre política e televisão aberta nos encontros dessa associação de pesquisa. Analisamos cada um dos trabalhos a partir dos anais disponibilizados digitalmente pela entidade. É importante esclarecer que o GT Estudos de Televisão foi criado apenas em 2011, portanto nossa amostra compreende os trabalhos apresentados no GT Comunicação e Política entre 2009 e 2019 e no GT Estudos de Televisão entre 2011 e 2019.

ascensão da extrema direita à Presidência da República, com Jair Bolsonaro (inicialmente PSL), ao comando de diversos estados brasileiros e sua consequente ocupação de parcela do congresso nacional apenas através de análises sobre o *whatsapp*, *twitter* e *facebook*? As perguntas são meramente retóricas. Acreditamos que não. Não é possível negligenciar o papel político, simbólico e cultural da televisão aberta no Brasil em nenhum momento histórico.

Apesar das principais emissoras brasileiras estarem localizadas no eixo Rio de Janeiro – São Paulo, a televisão aberta é constituída por diferentes camadas de produção e de recepção. São numerosos os casos de experiências televisivas exitosas que academicamente permanecem desconhecidas embora longevas e de alcance significativo. A tendência é que estas experiências se tornem ainda mais esquecidas com a migração investigativa para o *streaming*, as narrativas transmidiáticas e as novas formas de consumo agora globais, móveis e portáteis.

Entendemos existir um desafio de certa forma deontológico neste processo de retomada da discussão sobre o lugar da televisão na ecologia audiovisual brasileira. Antes de continuarmos, um parêntese: não desejamos desqualificar esta guinada temática do debate na última década, tampouco superestimar o papel da radiodifusão aberta. Trata-se de defender a televisão aberta como meio estético e político central que alimenta inclusive estratégias comunicacionais digitais aparentemente distantes do dia-a-dia das inúmeras geradoras de televisão. A premissa é que o cotidiano nacional mesmo que migre em quantitativo e alcance de audiência é afetado pela produção de nossa radiodifusão mais capilar.

Visamos discutir aspectos metodológicos sobre a televisão aberta brasileira e seus impactos políticos, indicando a importância da reflexão sobre a estrutura e sua associação ao debate sobre o conteúdo em análises que de fato possam contemplar as dimensões nacionais. Por isso, nosso percurso inicialmente discutirá as relações de indissociabilidade entre comunicação e política, para refletirmos sobre os desafios práticos para o monitoramento. Há dicotomias conceituais que precisamos combater na análise sobre a televisão aberta no Brasil. Na sequência, analisamos o caráter multidimensional da produção e da linguagem televisiva, refletindo sobre os gêneros, as formas e os formatos da produção da televisão e da política no país. Por isso, nossa proposta teórico-metodológica apresentada ao longo das seções deste artigo transita entre

referenciais e instrumentos de análise da comunicação política, das políticas de comunicação e da economia política da comunicação.

A consubstancialidade da comunicação e da política

É fundamental considerar que a estrutura acadêmica brasileira imprime contornos na agenda de investigação sobre o tema. Porém, a conjuntura política também impõe desafios à agenda de debates, muitas vezes exigindo uma prioridade de reflexões. Antes de avançarmos aqui, cabe destacar a compreensão abrangente sobre a política que nos orienta neste trabalho. Entendemos a política para além das questões eleitorais e partidárias. Ao analisar as inter-relações entre comunicação e política nas pesquisas de comunicação no Brasil, entre às décadas de 1970 e 1990, Sérgio Capparelli (1997) identificou que o arranjo dado aos dois termos reflete momentos históricos diferentes e que a hegemonia de um ou de outro arranjo sinalizaria prioridades dentro do campo de estudos.

Sob seu ponto de vista, podem ser identificadas três tendências gerais: comunicação política; comunicação e política; e políticas de comunicação. No primeiro caso, a política surge como um atributo da comunicação, ou seja, como seu conteúdo. No segundo tipo de arranjo, sugere-se que a comunicação e a política caminhariam paralelamente, como *campos sociais* de mútua dependência; O terceiro, por sua vez, transforma a comunicação em objeto de uma prática que se encontra fora dela (CAPARRELLI, 1997, p. 148).

Nos três arranjos hegemônicos citados, a comunicação e a política jamais podem ser entendidas de forma independente. Por isso, Capparelli entende que metodologicamente o ideal seria confrontar os resultados da análise das políticas de comunicação amparando-se também nos produtos com suas formas socialmente determinadas de recepção, uma vez que “fixar-se apenas em um dos eixos é perder de vista o movimento dialético da singularidade ao geral, do geral à singularidade” (idem, 1997, p. 148). Como ele, entendemos que a partir de um contexto dinâmico e não estático, a relação entre ambas é de fusão.

A primeira tendência verificada entre os anos 1970 e 1980 não dissociava a política e a comunicação, observando cada uma a partir de suas dimensões institucionais. O contexto da ditadura civil-militar para a qual a comunicação, especialmente a

radiodifusão, teve papel central em sua manutenção, colaborou enormemente para a constituição desta característica. A segunda, a partir dos 1980 e hegemônica nos anos 1990, marcada pela reabertura política, reconhece a consubstancialidade de ambas e o posicionamento engajado passa a caracterizar esta área. A consubstancialidade entre a comunicação e a política se estendia ao pesquisador, à política e à pesquisa, por isso, o debate pressupunha também posição de engajamento em torno da luta pela democratização da comunicação. Ainda segundo o estudo de Capparelli (1997), a partir de 1989, após a intensa mobilização em torno do capítulo da Comunicação Social na Constituinte de 1988, esta área perde terreno paulatinamente para a economia política da comunicação. Esta realidade se acelera com o debate sobre a convergência das telecomunicações e da comunicação.

Diferentes variáveis complexificam ainda mais o contexto de análise sobre as relações entre comunicação e política que temos hoje. No começo desta década, como citamos, verifica-se um direcionamento do foco das investigações para as relações entre internet e política (ALDÉ; BASTOS SANTOS; CHAGAS, 2013). O debate sobre o papel político da radiodifusão se fragiliza. É preciso considerar também a paulatina redução da disputa em torno do horário gratuito eleitoral, cada vez menos determinante na disputa partidária; os novos modelos de consumo televisivo e a influência algorítmica na pauta e na formulação de formas de sociabilidade, de inteligibilidade e, sobretudo, de valores.

Porém, uma pergunta que comumente se apresenta quando analisamos o fenômeno dos programas populares como espaços políticos, por exemplo, busca saber o que move milhares de pessoas a depositar confiança e lealdade a personagens como apresentadores de televisão associados a condutas antiéticas de apuração e de duvidosa credibilidade pela crítica especializada. A resposta que comumente se oferece aponta para a existência de um tipo de consciência, compartilhada entre parcela significativa da audiência televisiva no Brasil, resultante do esvaziamento político, da não educação para a defesa de direitos e da redução da cidadania ao exercício do voto.

Tomamos de empréstimo dos estudos das Políticas de Comunicação e da Economia Política da Comunicação, o conceito de sistema de coronelismo Eletrônico (SANTOS, 2015; AIRES E SANTOS, 2017) que nos auxilia a entender a característica notória da facilidade de acesso dos interesses políticos à programação televisiva e radiofônica brasileira. Observar a televisão aberta no Brasil a partir das relações

clientelares também nos parece coerente como estratégia para contemplar os aparatos de construção discursivos e ideológicos da política e sua dinâmica de circulação.

Entendemos clientelismo como “relações informais de intercâmbio recíproco e mutuamente benéfico de favores entre dois sujeitos, baseadas em uma amizade instrumental, desigualdade, diferença de poder e controle de recurso” (CRUZ, 2004, p. 127). Ter a dimensão do papel que a mídia ocupa no âmbito das redes clientelares (se estas mostram uma estrutura particular ou se estão unidas a contextos institucionais mais amplos) e quais são os intercâmbios promovidos (o grau de reciprocidade, a evolução dos intercâmbios e o grau em que os atores decidem moderar sua conduta reconhecendo elementos sociais e morais) (CRUZ, 2004, p. 127), apresenta-se como um passo fundamental.

No entanto, é preciso reconhecer o papel simbólico desempenhado pelo rádio e pela televisão no Brasil. Analisar as relações clientelares que possam existir entre nossa radiodifusão e seu público apenas observando-a como mais um dos pilares da dominação oligárquica é um erro. É fato que a televisão reforça e perpetua o domínio das elites políticas tradicionais no Brasil. No entanto, os laços afetivos que cimentam estes pilares são por vezes negligenciados. Javier Auyero destaca que preocupar-se com o caráter antidemocrático do intercâmbio de votos por favores, por exemplo, reduz a nossa capacidade de dar conta de um elemento essencial: ainda que nem sempre cooperativamente construídas, estas redes clientelares resultam de outras redes preexistentes e representações culturais compartilhadas e se constituem como elementos centrais na vida diária de pessoas que vivem em situação de extrema privação material (AUYERO, 2001, p.29).

Como tática para mitigar a situação de privação material e muitas vezes afetiva, o clientelismo também favorece o estabelecimento de uma rede política voltada à resolução de problemas centrada na figura de um mediador. A televisão no Brasil é reconhecida neste espaço de mediação (GUARESCHI, DIAS E HARTMANN, 2007). Freire Filho (2009) observa esta característica como basilar para interpretarmos a força que programas de auditório ainda representam na cultura brasileira. O que denomina como filantropia televisiva tem impacto direto nos formatos audiovisuais adotados, sobretudo na narrativa política de esvaziamento do Estado. Na conjuntura de uma sociedade atravessada pelas lógicas midiáticas, os meios de comunicação são espaços privilegiados na acumulação deste capital social. Por isso, na análise sobre os vínculos entre televisão aberta e política

no Brasil, não podemos desconsiderar a quantidade acumulada de capital social para o exercício político midiático. Em resumo, entendemos que a televisão brasileira é reconhecida como determinante mediadora na rede de resolução de problemas sociais, constituindo-se assim como um dos círculos de forma irregular, de trabalho simbólico, que transformam relações de poder em formas de cuidado.

Fragilidades e dicotomias conceituais

A ausência de uma tradição de transparência é empecilho para diferentes áreas de pesquisa e, na comunicação, esta característica também se faz presente, apesar de uma aparente facilidade no acesso, já que poderíamos mergulhar nesse universo com um simples toque em nossos controles remotos. Estudar a televisão aberta no Brasil não é uma tarefa nada simples e ainda mais no que se refere à diversidade de interações com a política brasileira. A falta de transparência nos dados que mecanismos públicos de controle da radiodifusão deveriam se ocupar é de elevado grau. São frágeis e insuficientes as informações sobre propriedade, sobre fundação e sobre o alcance das emissoras em todo o país (SANTOS, 2015, AIRES E SANTOS, 2017).

Associa-se a isso a dificuldade no levantamento de informações e de acompanhamento da programação. Muito embora, a veiculação de conteúdos em redes sociais e a transmissão simultânea em diferentes plataformas possam colaborar, é fato que a cultura digital não alcançou parte significativa de nossas empresas de televisão. O caráter voluntário de disponibilização do conteúdo nestas redes pelas empresas também altera o que se veicula. Portanto, o conteúdo que se analisa ali nem sempre reproduz com fidedignidade o que foi veiculado nas telas da TV⁵. Contraditoriamente, a ausência de um registro público do conteúdo veiculado pelas emissoras a torna ainda mais secreta. A televisão aberta é bastante vista, mas pouco vigiada.

⁵ É grave este apagamento simbólico da televisão aberta no Brasil. Trata-se de mais uma expressão da fragilidade dos mecanismos de preservação da memória nacional. É inegável a importância do rádio e da televisão na história do país, mas não existem critérios públicos que resguardem, conservem e organizem este tipo de produção. A ausência de registros públicos dificulta não somente a possibilidade de pesquisar o conteúdo exibido de fato, mas também a aplicação de políticas públicas de controle social dos meios de comunicação, propiciando inúmeras violações de direitos humanos e outros episódios de desrespeito ao já obsoleto marco regulatório da área, o Código Brasileiro de Telecomunicações de 1963. Cabe citar também que realidade não se aplica por completo a tv por assinatura que, em virtude das regras estabelecidas pela 12.485 de 2011, devem manter atualizadas a relação de identificação dos profissionais envolvidos em suas produções, bem como dados de sua programação, mesmo que também não existam arquivos audiovisuais compartilhados.

Há de se considerar também a expressiva quantidade de informações que são restritas e resguardadas para preservar interesses comerciais e, neste caso, não se trata de exclusividade brasileira necessariamente. No entanto, completa-se essa caixa-preta com uma dimensão fundamentalmente nacional: as complexas redes de associação partidária, religiosa e política, o arrendamento ilegal, a lavagem de dinheiro e a sonegação de impostos aos quais os negócios de mídia estão vinculados no Brasil favorecem uma cultura de ocultação de dados essenciais para a pesquisa sobre nossa estrutura midiática.

Tal marginalidade das análises sobre a televisão, como sugerem Jesus Martín-Barbero e German Rey (2004), reproduz de um lado o papel rígido e reduzido que parte da crítica deposita à televisão, entendendo-a como espaço da incultura e, de outro, um também nocivo encantamento que inviabiliza a reflexão crítica. É estratégica e indispensável, a denúncia da cumplicidade da televisão sobre sua capacidade e sua contribuição nas diferentes formas de manipulação do poder, bem como os seus mais sórdidos interesses mercantis. No entanto, segundo os autores, é fundamental reconhecer o lugar estratégico que a televisão ocupa nas dinâmicas da cultura cotidiana das maiorias, na transformação da sensibilidade, nos modos de construir imaginários e identidades (MARTÍN-BARBERO; REY, 2004, p.26). Elencamos cinco variáveis que colaboram para a consolidação do cenário de relativa marginalidade da televisão aberta que estamos apontando neste trabalho, a saber: 1) *A escassa tradição de reflexão sobre a realidade brasileira;* 2.) *A importação de lógicas regulatórias de modelos estrangeiros;* 3) *A concentração regional da produção acadêmica no Brasil;* 4) *A análise fragmentada da produção;* e 5) *A ausência de efetivo monitoramento.*

Conforme destaca Muniz Sodré, é corrente a incorporação acrítica de formulações estrangeiras para a interpretação sobre especificidades locais (SODRÉ, 2010) especialmente, no que se refere à linguagem televisiva. A segunda se apresenta especialmente na importação de lógicas regulatórias de modelos estrangeiros, que configura uma relação ímpar de dependência (BRITTOS E BOLAÑO, 2007) na radiodifusão brasileira e a fragilidade na constituição de nosso mercado de comunicação. Essa lógica de dependência fomenta também a adoção de critérios regulatórios que não dialogam com os fenômenos locais. Esta importação implica na utopia de construir em nosso país modelos regulatórios comunicacionais adequados para realidades europeias, por exemplo, mas que não são possíveis no âmbito da produção televisiva brasileira.

De certa forma, também observamos uma relação desta característica com as noções contraditórias de *qualidade televisiva* (PUJADAS, 2013). Aparentemente neutro, este conceito é, segundo Eva Pujadas (2013), um espaço de disputa acadêmica, política e profissional, que compreende quatro grandes temas: 1) um conjunto mais ou menos complexo da regulamentação televisiva; 2) condições estruturais nas quais podem emergir determinadas práticas de qualidade; 3) a qualidade da programação, do ponto de vista horizontal e vertical; e 4) a qualidade das cadeias televisivas (2013, pp.237-239). Ao apontar a invisibilidade da televisão aberta na produção acadêmica mais recente também acreditamos existir uma noção de “qualidade de objeto de pesquisa” que recusa produtos televisivos mais populares como *SuperPop*, de Luciana Gimenez, da RedeTV!; *Pânico na Tv*, extinto da Band; e mesmo *Boa Noite com Alexandre Frota*, da Rede Brasil como objetos de estudo da política, embora estejam diretamente ligados a ela.

Em estudo sobre as mídias regionais do Brasil, Pâmela Pinto (2017) critica a existência de um olhar pejorativo sobre a mídia regional. Enquadrar-se-ia a mídia produzida fora do eixo Rio – São Paulo como inferior e não-competitiva, de modo a consolidar uma visão dicotômica entre as produções nacionais e local. A primeira observada sobre critérios industriais e a segunda como representação artesanal do fazer comunicativo. A autora sugere um deslocamento metodológico que contemple o nacional de modo mais simétrico e diverso, associando estratégias de análise superlocais e regionais. Concordamos com a autora, quando esta associa esta característica à acentuada assimetria em que se classificam como representantes do nacional, experiências de comunicação concentradas na região sudeste (PINTO, 2017).

A principal consequência disto é um olhar dicotomizado sobre o fenômeno televisivo em que as formulações conceituais podem ser observadas sob dois lados diametralmente opostos. Um bom exemplo é a oposição largamente difundida entre “jornalismo de referência” *versus* “jornalismo sensacionalista”, criticada por Marcia Franz Amaral, para quem esta dicotomia é inoperante (AMARAL, 2003; 2006). O mesmo na oposição entre populismo e neopopulismo. Entre jornalismo e entretenimento. Padrão Globo de jornalismo e a “inexistência” de outros padrões de produção. Telejornal *versus* programa etc.

No entanto, apontamos mais duas variáveis que colaboram para este cenário, a primeira vista pode-se entender como um fenômeno natural, dada as dificuldades práticas para o estudo da televisão no Brasil que citamos anteriormente. Analisa-se a televisão

aberta a partir dos fragmentos de sua linguagem. A maior parte dos exercícios de pesquisa analisam quadros e programas específicos. São diminutas as pesquisas comparativas entre programas e mesmo análises mais completas do fluxo televisivo.

Em tempos de televisão por demanda, dispositivos móveis e segmentação pode parecer obsoleto propor uma estrutura metodológica que contemple em maior ou menor medida o olhar sobre o fluxo televisivo (WILLIAMS, 2015). No entanto, quando apontamos a interface entre televisão aberta e política esta é uma tarefa alicerçadora. O diálogo entre quadros, blocos e programas é crucial para a identificação do discurso político, que sob nenhuma hipótese está encarcerado na produção jornalística.

Por um olhar menos taxonômico dos gêneros, formas e formatos da televisão brasileira

A retomada de uma obra quase cinco décadas depois de lançada pela primeira vez é sintomática, especialmente quando falamos de reflexões sobre as tecnologias. Raymond Williams (2015) colabora para uma percepção mais complexa sobre uma máquina que já adotou diferentes formatos, mas está muito longe de se tornar obsoleta, conforme destaca o trecho abaixo de Itania Gomes e Elton Antunes:

Williams ajudou a formatar a perspectiva de uma crítica cultural que busca recuperar a complexa rede de relações sociais, políticas, econômicas, que é pré-requisito para a produção do trabalho. Os estudos culturais reconhecem que as relações entre cultura e tecnologia são relações de poder, em especial quando se trata de tecnologias da comunicação. Mas a ênfase nos processos de produção de sentido na cultura permite rejeitar a abordagem tecnologicamente determinista, com seu duplo desdobramento – seja certo pensamento tecnofóbico, seja o mito da revolução tecnológica – e observar as apropriações cotidianas das tecnologias. Entretanto, se o destaque dado ao modo como produzimos sentido em nossas práticas da vida cotidiana leva a considerar a diversidade de apropriações, o procedimento de examinar tais práticas do ponto de vista da sua articulação com as relações de poder serve de antídoto contra qualquer populismo, político ou cultural. (ANTUNES; GOMES, 2019, p.14)

Observa-se que, para Williams, a narrativa é enunciada para além dos seus fragmentos, mas como uma relação social que se estabelece especialmente através da justaposição de unidades que se encaixam mutuamente de modo rítmico e fortemente articulado, entrelaçando gêneros, formas e formatos. Incorporada no contexto familiar, a narrativa televisiva se elabora nesta relação de encadeamento. Tal perspectiva permanece importante também para compreendermos a fase de transição e a incorporação de novos atores no processo de produção audiovisual. A natureza desta relação social que se

engendra a partir da linguagem audiovisual e seus formatos é multidimensional e deve ser pensada considerando a articulação de diferentes camadas e linguagens.

Desta forma, tentamos demonstrar a importância de articular um olhar sobre este encadeamento narrativo próprio da produção televisiva. A narrativa política se desvela nessa relação constante de sequenciamento. Um olhar sobre o fluxo nos permite analisar de modo mais equilibrado os aparatos de produção discursiva e ideológica e concomitantemente, reconhecer “que quando analisamos as brechas, as gretas por onde circula o discurso político mais formalizado e regularizado estamos vendo de que maneira o poder se traveste nessa espécie de zona liberada onde, mesmo quando não fala o aparato, sempre fala o sistema” (CAPPARELLI, 1997, p. 162).

Por fim, elegemos como última variável, refletir sobre certa tradição intelectual de não acompanhamento da programação televisiva. A larga tradição de pesquisa sobre o jornalismo impresso em contraste com a baixa cultura de consumo e circulação deste tipo de conteúdo no país é indicativa de uma tradição de pesquisa que secundariza a produção televisiva. O monitoramento de mídia está em sua maioria sob cuidados de setores comerciais de radioescuta/*clipping* de empresas privadas e de setores de movimentos sociais que lutam em prol do combate a violações de direitos humanos. Observa-se que nestes casos o monitoramento é focado na busca de conteúdo de interesse comercial e de outro lado o foco busca identificar as inúmeras violações pontualmente.

Por outro lado, Ancine se apoia no modelo classificatório e regionalmente concentrado. A última análise da programação da TV aberta (2017) foi elaborada considerando cinco grandes emissoras e a programação de São Paulo e através das informações de catálogo, ou seja, há uma grave concentração regional e assimétrica e dos gêneros analisados sem monitoramento direto do conteúdo. Como falar do audiovisual sem analisá-lo? Assim, concluiu-se neste relatório que cerca de 21% de todo o conteúdo veiculado no Brasil é do gênero religioso, classificado a partir do formato de Igreja Eletrônica, já obsoleto para definir as entidades religiosas que atuam midiaticamente. Do ponto de vista da formulação de políticas públicas tal aspecto é preocupante.

Entendemos que sem assistir, não se pode criticar. Por isso, cabe associar o acompanhamento despretenso do telespectador ao olhar mais sistemático do pesquisador como um duplo exercício. Isso colaboraria de um lado com uma ruptura com os transplantes teórico-metodológicos que aplicam conceitos elaborados a partir de análises de objetos de estudo midiáticos, como jornais impressos, por exemplo, e de outro

auxiliaria a identificar a complexidade das relações políticas no seio de nossa programação. Habituar-se à dinâmica cultural da produção televisiva nacional pode resultar também em um tratamento dos programas populares, por exemplo, como objetos de estudo de qualidade e não exóticos. Esta medida pode auxiliar na investigação da complexidade das relações sociais que atravessam o cotidiano da televisão no país e na ruptura das dicotomias conceituais que a nosso ver são prejudiciais, conforme argumentamos até aqui.

Apontamentos finais

Para além de contornos técnicos, os gêneros, as formas e os formatos no audiovisual reproduzem e geram impactos diretos na formação econômica, política e cultural do país. Jane Feuer (1992) colabora com tal perspectiva ao apontar diferentes linhas de abordagem dos gêneros televisivos. A primeira linha argumentativa privilegiaria a dimensão *estética* - entendendo o gênero como um protocolo de inteligibilidade, o que implica no reconhecimento dos formatos, da linguagem, dos valores e da ética. Enquanto a segunda observaria os gêneros televisivos de um ponto de vista *ritual* - o gênero é também uma cerimônia de conexão entre a produção e o público, fomentada pelas relações de afeto e as estratégias sensíveis que promovem os vínculos comunicativos, debate fortemente levantado nas obras de Muniz Sodré (2006) e também Nick Couldry (2003), que classifica a mídia em si como um ritual; e, por fim, a abordagem *ideológica* - no qual, se observa os gêneros audiovisuais considerando que são também instrumentos de controle e de poder.

Sob nosso ponto de vista, as três abordagens são complementares. E este olhar tridimensional nos ajuda a escapar de uma compreensão meramente classificatória, que se alimenta sem o necessário distanciamento crítico de nomenclaturas estrangeiras na definição de gênero que carregam traços essencialmente tupiniquins. Os vínculos e a capacidade de diálogo entre as três dimensões não são taxonomicamente determinadas, são profundos os hibridismos de nossas produções televisivas, a sazonalidade com a qual ocupam a programação e dialogam entre si, bem como suas estratégias de padronização. Importa nesse sentido, reconhecer as tênues linhas que separam os diferentes gêneros televisivos, bem como a natureza de transição que se inaugura com as multitelas, a interatividade e os que apontam para desafios em que se reestruturam as engrenagens das caixas que migraram de nossas salas para nossos bolsos. É importante observar que

falamos de processos que refletem tanto na estrutura das narrativas quanto nos modelos de negócio - produção, empacotamento, distribuição e consumo.

Do ponto de vista brasileiro, a transição ainda é marcada pela centralidade cultural e política da TV aberta, que alcança 98% do território nacional, no qual atuam hegemonicamente as empresas do Grupo Globo; Embora sejam crescentes as expansões de emissoras de propriedade de grupos religiosos (CUNHA, 2017). Há de acrescentar ainda o aspecto cultural, que também é resultado da estrutura econômica concentrada de nosso mercado de comunicação em que as fronteiras entre os gêneros, as formas e os formatos no audiovisual de alguma forma reproduzem a cultura radiofônica. A televisão brasileira é oral, por excelência.

Para isso, o conceito de padrão tecnoestético fornece uma importante colaboração. Bolaño e Brittos (2007) nos convidam a interpretar a indústria cultural no Brasil, centrada na televisão analisando-a, como Feuer, de modo multidimensional. Isto significa, reconhecer que se trata de um resultado de posicionamento no mercado, considerando a concentração da verba publicitária, as políticas públicas elaboradas para o setor, as relações de classe e o capital cultural de seus atores, determinantes nas relações estéticas engendradas e nas demandas sociais atendidas.

O apoio neste arcabouço conceitual que triangula a comunicação política, as políticas de comunicação e a economia política da comunicação não nos permite concentrar nossas apostas na dinâmica de uma teoria que particulariza o poder político midiático nas suas representações mais formais de produção jornalística. Não acreditamos existir uma perda de influência político-eleitoral dos principais meios de comunicação na última década. Foi especialmente a partir do entretenimento, e seu permanente diálogo com a pauta jornalística, que a televisão aberta brasileira alimentou a onda da extrema-direita que se acentuou entre 2015 e 2019 no país.

Referências

AIRES, Janaine; SANTOS, Suzy dos. **Sempre foi pela família**: mídias e políticas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2017

ALDÉ, Alessandra; CHAGAS, Viktor; SANTOS, João Guilherme. **Teses e dissertações defendidas no Brasil (1992-2012)**: um mapa da pesquisa em comunicação e política. Revista Compolitica, v. 3, p. 8-43, 2013.

AMARAL, Márcia Franz. **Jornalismo popular**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

AMARAL, Márcia Franz. **Sensacionalismo, inoperância explicativa**. Revista de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, v. 9, p. 133-146, 2003.

ANCINE. **TV Aberta – Informe Anual 2016** (01/01/2016 a 31/12/2016). Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual, 2017. Disponível em: <
https://oca.ancine.gov.br/sites/default/files/repositorio/pdf/informe_tvaberta_2016.pdf>
Acessado a 01 de abril de 2020.

ANTUNES, Elton; GOMES, Itania Maria Mota. **Repensar a comunicação com Raymond Williams: estrutura de sentimento, tecnocultura e paisagens afetivas**. Revista Galáxia (São Paulo, online), ISSN 1982-2553, Especial 1 - Comunicação e Historicidades, 2019, p. 8-21

AUYERO, Javier. **La política de los pobres: las prácticas clientelistas Del peronismo**. Buenos Aires: Ediciones Manantial, 2001.

BOLAÑO, César; BRITTOS, Valério Cruz. **Economia Política e indústrias culturais**. In: A televisão brasileira na era digital: exclusão, esfera pública e movimentos estruturantes. São Paulo: Paulus, 2007

CAPPARRELLI, Sérgio. **Das políticas de Comunicação a comunicação política**. Anais do I Colóquio Brasil – Itália de Ciências da Comunicação. Santos: 1997.

COULDRY, Nick. **Media Rituals: A critical approach**. Routledge: London and New York, 2003.

CRUZ, Jorge M. A. **Que es clientelismo? Algunas claves para comprender a política em los países em vías de consolidación democrática**. Revista Estudios Sociales, v. XII, n.24, jul-dez 2004, p. 123-142.

CUNHA, Christina. **“Televisão para salvar”**: religião, mídia e democracia no Brasil contemporâneo. Revista Antropolítica, n. 42, Niterói, p.199-235, 1. sem. 2017

FERNANDES, Carla Montuori; CHAGAS, Genira Correia; OLIVEIRA, Luiz Ademir de. **Diálogos inconvenientes no palácio do Jaburu: a midiaticização do escândalo político no Jornal Nacional**. Anais do XXVII Encontro Anual da Compós. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2018 Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/arquivos_2018/trabalhos_arquivo_WIU3WJ2S33XT4VUCVG2M_27_6448_20_02_2018_11_29_01.pdf> Acessado a 01 de abril de 2020.

FEUER, Jane. **Genre Study and Television**. In: Allen, Robert (ed.) *Channels of discourse*. University of North Carolina: Pressa, 1992. pp. 113-133.

FREIRE FILHO, João (org.). **A TV em Transição: Tendências de Programação no Brasil e no Mundo**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

GOMES, Itania Maria Mota. **Constrangimentos históricos para constituição de uma política pública de conservação e acesso ao acervo televisivo no Brasil**. Revista Eco-Pós (Online), v. 17, p. 1-13, 2014.

GUARESCHI, Pedrinho; DIAS, Giordano Laranjeira; HARTMANN, Mariane Rigatti. **Assistencialismo midiático**: uma nova estratégia de legitimação. Intexto, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 16, p. 1-18, janeiro/junho 2007.

MARTÍN-BARBERO, Jesús; REY, German. **Os exercícios do ver**: hegemonia audiovisual e ficção televisiva. São Paulo: Senac, 2004.

PINTO, Pâmela. **Brasil e as suas mídias regionais**: estudo dos mercados das regiões Norte e Sul. Rio de Janeiro: Luminária Acadêmica, 2017

PUJADAS, Eva. **A qualidade televisiva além de um conceito politicamente correto** – conteúdo e perspectivas envolvidas. Revista Matrizes – ano 7, nº2, jul-dez. São Paulo, 2013. Pp. 235-248.

SANTOS, Suzy dos. **Convergência divergente**: a tv aberta na contramão global. João Pessoa: Xeroca!, 2015.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis**: afeto, mídia e política. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. **O monopólio da fala**: função e linguagem da televisão no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2010.

WILLIAMS, Raymond. **Televisão**: tecnologia e forma cultural. Boitempo: São Paulo e Belo Horizonte: Puc, 2015.